

A máquina que move o desmatamento da Amazônia

Na lógica que move a destruição da Floresta Amazônica, ainda é raro encontrar histórias de transformação como a de Roberto Brito de Mendonça, de 43 anos. Foram necessários 100 anos para que se rompesse – por suas mãos – uma vocação que parecia natural na família: o desmatamento ilegal.

Aos 12 anos, iniciado pelo pai e o avô, derrubou sua primeira árvore, às margens do rio Negro, no Amazonas. Trinta anos depois, abandonou a motosserra – e a ilegalidade. “Eu era revoltado com o governo que nos pedia para preservar. Na minha ignorância, eu falava: ‘Não estou nem aí, quero aproveitar a floresta da forma que eu conheço’”, conta Roberto, que dependia da madeira para sustentar a família.

A comunidade onde ele vive está dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Negro, no Amazonas, criada em 2008 para preservar a mata e o modo de vida das populações tradicionais. Com 103 mil hectares e 693 famílias espalhadas por 19 vilarejos, a unidade de conservação, no entanto, não está livre do risco.

“Hoje já temos a pressão de grandes fazendeiros migrando dos estados do Pará e Rondônia para o Amazonas, com grandes empresários fazendo investimentos”, afirma René Luis de Oliveira, coordenador-geral de fiscalização ambiental do Ibama.

Em toda a Amazônia Legal, a sistemática do desmatamento segue um roteiro conhecido pelos fiscais: o invasor derruba a floresta em terra pública, vende madeira para se capitalizar, planta capim e coloca o gado. Mais tarde, as terras de interesse da agricultura dão lugar ao cultivo de soja, arroz e milho.

O método “boivigia”

Em sobrevoos de fiscalização, é possível avistar áreas desmatadas sem qualquer construção –apenas os bois vigiam o terreno. “Os grileiros invadem esperando, um dia, a regularização fundiária de uma terra que é pública”, afirma Oliveira.

O rebanho bovino na Amazônia Legal saltou de 37 milhões de cabeças em 1995, o que era equivalente a 23% do total nacional, para 85 milhões em 2016 – cerca de 40%. “A pecuária para a criação de gado é a atividade que mais contribui para o desmatamento na Amazônia, ocupando 65% da área desmatada”, afirma o estudo recente do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia).

Marlene Alves da Costa, uma das lideranças comunitárias na RDS Rio Negro, já precisou barrar invasores que queriam trazer gado para as terras. “Gado aqui é proibido. O que ainda acontece é o roubo de madeira. Cortam de dia, escondido, e levam embora à noite. Mas nós denunciemos”, conta.

Os moradores tradicionais de Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Rondônia, não conseguiram o mesmo. Segundo o Ibama, trata-se de uma unidade de conservação mais desmatada do estado. “Fazendeiros tomaram conta. São mais de 50 mil cabeças de gado na reserva”, relata Oliveira.

As áreas ocupadas por populações tradicionais, extrativistas, não barram os invasores. “É comum a gente verificar aliciamento desses povos dentro das reservas extrativistas e de uso sustentável. Eles acabam vendendo sua terra e, muitas vezes, são até afugentados pelos grandes proprietários”, relata Oliveira. “É muito complexo”.



Madeira Ilegal

As florestas públicas são alvos fáceis para grileiros e madeireiros (Marcelo Camargo/Agência Brasil)

Alvo fácil para grileiros

As florestas públicas sem destinação são o alvo mais fácil para os grileiros e seus bois. “São 60 milhões de hectares de florestas não destinadas na Amazônia. São terras públicas que estão à mercê da grilagem”, afirma Cristiane Mazzetti, especialista em Desmatamento Zero do Greenpeace. O tamanho da área em questão equivale a quase o dobro do território da Alemanha.

“Os povos da floresta são fundamentais para a conservação. Qualquer planejamento tem que levar em consideração as populações tradicionais, os indígenas, garantir o direito à terra e atividades econômicas que mantenham a floresta em pé”, diz Mazzetti a favor do aumento das unidades de conservação.

A pecuária não entraria nesta lista. O controle dessa atividade, inclusive, virou prioridade para coibir a

destruição do ecossistema. Em mais de um ano de investigação, o Ibama multou 14 frigoríficos que compraram produtos vindos de áreas desmatadas ilegalmente ou embargadas.

Mazzetti destaca ainda o peso da política: “É fundamental que o governo não aprove medidas que sigam na direção contrária. E o que a gente vê é o contrário: propostas discutidas no Congresso que dão a expectativa de redução de unidades de conservação, ou desafetação, o que acaba contribuindo com a invasão dessas áreas.”

Após a aprovação da chamada MP da Grilagem (MP 759/16), tramita no Congresso o projeto que reduz a proteção na Floresta Nacional do Jamanxim, Pará. Na última quarta-feira, o governo federal publicou um decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), na Amazônia. A reserva, criada em 1984, possui cerca de 47 mil quilômetros quadrados.

Desmatamento e vocação

Embora o balanço divulgado pelo Imazon tenha apontado queda de 21% do desmatamento entre agosto de 2016 e julho de 2017, a situação não é de alívio. “A gente ainda está em 2017 muito aquém de onde deveríamos estar para dizer: ‘Estamos no rumo da eliminação do desmatamento e de cumprir as metas estabelecidas no Acordo de Paris’”, comenta Carlos Rittl, secretário-executivo do Observatório do Clima.

Para ele, Brasília erra ao mandar o seguinte recado: “Com a anistia do Código Florestal, da grilagem, de invasão de áreas protegidas, retirada de direitos de povos indígenas, flexibilização de leis ambientais, eles mostram que o crime florestal compensa.”

Rittl dirige a crítica ao governo Temer e às concessões à bancada ruralista. “O chefe da bancada, inclusive, se esquece que a agricultura, que ele em tese defende, depende de água, que depende de floresta. Então preservar floresta nada mais é

que assegurar um serviço ambiental para a produção agrícola nacional”, comenta, sobre a entrevista concedida pelo deputado e chefe da bancada ruralista Nilson Leitão à DW Brasil. “Ele demonstrou ter uma visão muito míope sobre o papel das florestas.”

Das margens do rio Negro, Roberto acompanha preocupado esses embates. O ex-desmatador, agora empreendedor, espera que nada atrapalhe sua nova vocação. Para ele, é a falta de conhecimento que atiça o instinto de destruição. “Passamos 100 anos para descobrir que a floresta tem valor”, menciona, lembrando a história de sua família. “O meu sonho é que as pessoas locais tenham a mesma oportunidade. Porque é através das pessoas locais que a preservação vai começar.”

Fonte: Carta Capital.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp:-93- 984046835 (Claro) E-mail:folhadoprogresso@folhadoprogresso.com.br